

SOUSA GALITO, Maria (2010). Entrevista ao Embaixador Fernando Andresen Guimarães. CI-CPRI, ENT-CPLP, N°9, pp. 1-8.

ENT-CPLP: Entrevistas sobre a CPLP



Entrevistado: Embaixador Fernando Andresen Guimarães
(Presidente da CN-UNESCO)

Entrevistador: Prof. Doutora Maria Sousa Galito

Local: Comissão Nacional da UNESCO (CN-UNESCO)

Data: 23 de Março 2010, 12h.

Agradeço ao Sr. Presidente da Comissão Nacional da UNESCO a disponibilidade para me receber. Começo então por perguntar-lhe sobre o português enquanto língua de comunicação mas também como língua de negócios. Sobre a importância de um idioma universal (o português é oficial em oito países de quatro continentes) enquanto dinamizador de mercado, pelas oportunidades que oferece a tradutores, professores e demais profissionais da área.

A utilização de uma língua e a sua generalização é sempre positiva na área dos negócios. Mas a Comissão Nacional da UNESCO, das poucas coisas de que não se ocupa é de negócios. Não lhe posso adiantar muito, a não ser com base na minha experiência noutros cargos.

A utilização de uma língua é sempre uma forma de afirmação cultural. Enfim, cultura no sentido de “c” pequeno – no que concerne à personalidade de uma sociedade. É claro que ajuda aos negócios. Mas repito, a questão dos negócios não é uma área com que a Comissão Nacional da UNESCO se ocupe.

No seu entender, o português está a ganhar força internacional crescente, levando em consideração o aumento do número de falantes? Ou há claramente uma hegemonia do inglês, até a propagar-se no espaço da CPLP?

O número de falantes é apresentado como ponto fundamental. Pessoalmente, entendo que não é critério único, nem o mais importante. O valor da língua reside na cultura e na força dos países por trás dessa língua.

O português é utilizado como língua de comunicação – muitas vezes a única partilhada por pessoas com idiomas maternos diversificados. A utilização histórica do português como língua franca foi um facto nos sécs. XV, XVI e XVII. Na Ásia, por exemplo, não tinha a ver com o número de falantes de português mas com o facto de ser a única língua comum entre pessoas de idiomas diversificados.

O número tem importância mas não é o ponto fundamental. O inglês não se afirma apenas com base no número de pessoas que o possuem como língua materna, mas sim pela força do império britânico e depois pela pujança dos EUA. O inglês tem sido uma língua de contacto.

O português também tem essa importância enquanto língua de contacto, por ser muito falada, nomeadamente em África e na América Latina.

O português é língua oficial da UNESCO que possui nove línguas oficiais: o inglês, o francês, o chinês, o espanhol, o russo, o árabe, o português, o italiano e o Hindi. As três últimas são línguas oficiais, mas não são línguas de trabalho.

O Acto Constitutivo da UNESCO está redigido nas nove línguas. As alterações ao Acto Constitutivo e aos documentos fundamentais também têm de ser traduzidas para as nove línguas, mas em relação aos demais documentos tal não acontece.

Ainda há outro estatuto no seio da UNESCO, o das línguas do secretariado, que são o inglês e o francês. Na prática, a generalidades dos documentos só é escrita nestes dois idiomas. Nas reuniões – da conferência geral, por exemplo – é que as conclusões são traduzidas para os seis idiomas de trabalho, o que não inclui o português.

São razões históricas que levaram a isso. E tem a ver com o custo exponencial de acrescentar *uma língua* à lista das que são para traduzir. Uma língua implica custos. Um

dos custos mais importantes do orçamento da União Europeia é o da tradução de toda a documentação para as vinte e três línguas oficiais que possui.

Para uma afirmação geopolítica dos países lusófonos é importante a afirmação da língua portuguesa, que já é uma língua universal porque está presente nos vários continentes. No seu entender, o que teria de acontecer para o português passar a ser língua de trabalho da UNESCO, idioma oficial na Assembleia Geral da ONU, etc.? Que o Brasil ascenda a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU? O quê, por exemplo?

Claro que se o Brasil se tornasse membro permanente do Conselho de Segurança da ONU isso ajudaria. Teria influência mas não é obrigatório. Por exemplo, não há nenhum membro do Conselho de Segurança da ONU que fale espanhol e o castelhano é uma língua oficial da ONU.

Tradicionalmente, o primeiro discurso da Assembleia-geral da ONU é em português. Todos os anos. Isto porque o Brasil foi o primeiro orador na primeira reunião da Assembleia-geral e manteve-se essa tradição. É simbólico mas não deixa de ser um facto interessante.

A introdução de uma nova língua depara-se com uma enorme objecção da parte dos outros por questões orçamentais, como é evidente. É uma questão dispendiosa. É difícil de levar a cabo. Em muitas organizações internacionais, nos seus secretariados, há muito a ideia que era preferível, que seria mais fácil – faria mais sentido – reduzir do que aumentar. Mas diminuir é impossível, porque os países onde se falam essas línguas não o permitiriam.

Que facto levaria à ascensão do português a língua oficial num maior número de organizações internacionais? A afirmação dos países da CPLP. A afirmação económica, política, o aumento da sua influência no mundo.

Se fosse viável a criação de um bloco económico na CPLP, ajudaria. Mas não sei se é viável.

A UNESCO e a CPLP são parceiras na promoção da diversidade cultural, da tolerância, do diálogo, da cooperação como forma de, colectivamente, contribuírem

para a construção da paz e de um mundo mais justo e solidário. Na relação CPLP/UNESCO houve um acordo de cooperação nos domínios da educação, da cultura, comunicação, ciência e tecnologia, que foi assinado a 31 de Outubro de 2000. Como está a ser a experiência da cooperação CPLP/UNESCO?

Há um acordo de Julho de 2008 e que resultou da reunião entre o Secretariado Executivo da CPLP e a UNESCO. Houve uma série de programas em que se trabalhou. Na UNESCO há um dia que celebra a língua portuguesa, à volta de 5 de Maio – este ano celebra-se no dia 12 de Maio (2010).

A UNESCO tem revelado muito interesse em desenvolver programas de trabalho com a CPLP.

Uma das prioridades da UNESCO é África – nomeadamente Subsariana. Um dos programas prioritários é a condição feminina em África.

Mas em África há uma influência muito forte dos países francófonos. Há uma formação automática – que não tem necessariamente a ver com o facto do francês ser língua oficial. Os países francófonos trabalham muito em conjunto e estão bem organizados.

Há um outro grupo, no meu entender menos organizado, mas que, na prática, desenvolve um maior número de programas, que é o anglófono. Mas talvez precisem de trabalhar menos, pois obtêm resultados mais facilmente. Enfim, é uma consideração pessoal.

Qualquer um destes grupos possui um conjunto de programas cujo alvo é a África Subsariana que tende a divulgar o inglês ou o francês. A UNESCO tem consciência disso e não quer deixar de lado os países lusófonos.

Na UNESCO há grande abertura para os programas apresentados pela Comissão Nacional portuguesa em conjugação com os PALOP. A UNESCO tende a ajudar, porque tem consciência que o sistema está orientado de tal maneira que facilita a aprovação de programas francófonos e anglófonos.

A Comissão Nacional tem vários projectos que desenvolve com a CPLP e com os PALOP em particular e que são sempre muito bem acolhidos pela UNESCO. Por exemplo, traduzimos documentos. Está em preparação um programa específico para

jornalistas no âmbito da divulgação de informação sobre o HIV/SIDA. Temos um programa com acções de formação em português sobre o acompanhamento de eleições. Convidámos jornalistas dos PALOP no período das eleições europeias e correu muito bem.

Muitos dos programas que a Comissão Nacional portuguesa da UNESCO desenvolve são dirigidos especificamente aos PALOP. São programas dispendiosos que tentamos desenvolver da maneira possível e que seja útil para todos.

Então diria que a experiência tem sido limitada pela falta de recursos?

Está sempre limitada pelos recursos financeiros e pelos recursos humanos, claro.

Nós temos uma excelente colaboração com as restantes Comissões Nacionais da UNESCO. No ano passado, estiveram cá os Secretários-gerais das Comissões Nacionais da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, e de São Tomé e Príncipe. A Secretária-geral de Cabo Verde tinha acabado de tomar posse, a de São Tomé e Príncipe já tinha grande experiência, ou seja, no grupo havia experiências diferentes. Mas estiveram em Lisboa a ver como nós trabalhávamos. Acompanharam um encontro de escolas associadas, para perceberem se valia a pena replicar esse programa nos seus países de origem. Actualmente, o programa está a ser aplicado em Cabo Verde e a ser muito bem sucedido, até com resultados mais rápidos que os obtidos em Portugal.

Os Secretários-gerais vieram explicar as vivências e os problemas nas suas escolas. O que falaram foi tão ou mais útil do que aquilo que ouviram sobre as escolas portuguesas. Esta troca foi extremamente útil. Houve resultados práticos imediatos. Estimulou-se logo ali o intercâmbio de alunos e de professores. Aprendemos muito uns com os outros, sobretudo ao nível de problemas concretos que cada escola e cada país enfrentam. Assim se chega à conclusão de como em conjunto podemos trabalhar melhor para resolver problemas comuns.

São programas pontuais mas que funcionam muito bem.

A Conferência Geral da UNESCO realiza-se de dois em dois anos, e o Conselho Executivo da UNESCO duas vezes por ano. Mas temos sempre reuniões laterais com as

Comissões Nacionais da CPLP para partilhar as nossas impressões e experiências. O balanço é muito positivo.

Um comentário sobre as candidaturas lusófonas a património mundial da UNESCO e o impacto económico que podem ter.

As candidaturas a Património Mundial da UNESCO são as mais conhecidas e decorrem da ratificação por Portugal da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Mais recentemente foi ratificada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural que tem a ver com hábitos, tradições, etc.

Existe um outro programa, “A memória do mundo”, que tem a ver com arquivos, ao qual apresentámos este ano duas novas candidaturas, uma das quais em conjunto com Angola.

Temos uma excelente colaboração com os PALOP que já têm bens inscritos na Lista do Património Mundial, como são os casos de Moçambique e de Cabo Verde. Acompanhámos de muito perto a candidatura da “Cidade Velha” em Cabo Verde, dando todo o apoio que podíamos – experiência e não só. Gostaríamos que os outros países também apresentassem candidaturas e estamos a tentar ajudá-los nesse sentido, tentando reunir apoios financeiros para que os PALOP possam concretizar os seus programas.

Em paralelo, temos o projecto de constituição da Rede Património Mundial de Origem Portuguesa que junta países dos cinco continentes. Actualmente existem já 22 bens de origem Portuguesa que integram a Lista do Património Mundial e irão ser analisadas outras duas candidaturas na reunião do Comité que decorrerá este ano em Brasília, uma do Quênia e outra do Brasil.

A UNESCO também celebra a natureza, de que são exemplo a Convenção do Património Mundial, que também inclui os bens naturais, a Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO e a Rede Global de Geoparques que funciona sob os auspícios da UNESCO e aqui os PALOP poderiam talvez conseguir resultados mais imediatos, uma vez que detêm um património natural muito rico. Em Portugal já existem dois Geoparques: o Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional e o Geoparque de Arouca. Os Açores estão neste momento a preparar a sua candidatura a Geoparque e seria muito

positivo constituir-se uma Rede Lusófona (África e Brasil) ou até mesmo ibero-americana.

As redes, no geral, conferem duas grandes vantagens: facilitam um sistema de avaliação interna e proporcionam uma forma de controlo externo, para que o detentor do património (em sentido lato) possa preservá-lo e melhorá-lo, perceber o que deve e não deve ser feito nesse espaço.

Quando o património (material ou imaterial) é classificado pela UNESCO, não lhe é atribuído um galardão – isso tem mais a ver com concursos, em que as pessoas podem votar através de chamadas de valor acrescentado. Na UNESCO, o *dossier* é avaliado por peritos e, se for inscrito na lista de património classificado, o que os países obtêm são obrigações. Não há fundos, não há bolsas. Recebe-se prestígio, reforça-se a nossa auto-estima por termos algo que foi avaliado internacionalmente por peritos e ao qual foi reconhecido um valor universal excepcional.

E tal pode fomentar o turismo.

Claro que pode. Exactamente.

A inscrição de um bem numa das Listas da UNESCO, quer se trate da Lista do Património Mundial ou da Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade potencia o turismo. Há turistas que possuem a lista dos quase mil sítios classificados pela UNESCO como Património Mundial e que querem visitá-los todos. As classificações são, portanto, importantíssimas e poderão trazer grandes benefícios, desde que o turismo seja realizado de forma sustentável e não coloque em perigo ou danifique de alguma forma o património em causa.

Mas, para mim, é mais importante que os países percebam o que têm; que ganhem consciência da necessidade de preservar e legar aos seus descendentes uma herança que faz parte da sua História e é parte integrante da sua identidade. A consciência desse valor e a auto-estima que tal acarreta, vale por si e é importantíssimo investir na educação para o património e na sensibilização para a sua importância.

*Tem sentido apoio da CPLP a estas candidaturas a património mundial da UNESCO?
Ou o apoio provém mais de relações bilaterais estabelecidas a este nível?*

Temos feito isso bilateralmente.

São necessários recursos financeiros. A manutenção do património é dispendiosa e deve ser bem-feita, e esse é um processo que nunca está acabado. A conservação tem de ser diária, o que exige dinheiro e dá trabalho. Mas vale a pena.

Estamos ligados à conservação do património na Ilha de Moçambique e da Cidade Velha em Cabo Verde, tendo o Estado português apoiado estes bens juntamente com outros Estados: o Japão tem apoiado Moçambique e Espanha participou na recuperação da Cidade Velha.

Mas antes de ser chegar à conservação, é necessário candidatar os bens à Lista do Património Mundial e para isso é necessária uma boa preparação das candidaturas. A Comissão Nacional da UNESCO em Portugal apoia a todos esses níveis e gostaríamos de poder fazer mais.

Qual a importância do multilateralismo e se a relação Comissão Nacional da UNESCO/CPLP adjuva no diálogo Norte/Sul?

A UNESCO privilegia o seu diálogo com África, pelo que estas relações ajudam na relação Norte-Sul.

A relação da Comissão Nacional portuguesa da UNESCO com os PALOP tem sido excelente. Há uma vontade de todos cooperarem entre si e de obterem resultados, e estes têm sido obtidos, apesar das dificuldades que cada país tem e talvez pelo facto das dificuldades não serem iguais em todos. Angola e Moçambique, por exemplo, viveram grandes problemas iniciais, com experiências de guerra-civil. Os PALOP, na sua generalidade, também têm problemas económicos e financeiros. Infelizmente, a crise hoje em dia é internacional.

Os problemas são diferentes e as agendas também não coincidem. Mas isto também estimula uma troca de experiências mais interessante e útil. Todos estes programas e áreas de intervenção (educação, ciência, cultura, meios de comunicação) estimulam uma troca recíproca.

Muito obrigada, *Sr. Presidente da Comissão Nacional da UNESCO.*